

## FRENTE POR UM BRASIL SEM ARMAS QUER APOIO DA SOCIEDADE CIVIL

A campanha pelo desarmamento deve contar com a participação de entidades da sociedade civil, como igrejas e sindicatos. Essa foi a principal conclusão a que chegaram os integrantes da Frente Parlamentar Mista por um Brasil sem

Armas, reunidos ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros. Por sugestão do senador Aloizio Mercadante, um plano de trabalho que envolva a sociedade civil deve ser elaborado na próxima reunião, agendada para terça-feira.

Gerardo Magela



DISPOSIÇÃO Severino Cavalcanti (D) e outros deputados ouvem pedido de Renan Calheiros para votar o referendo sobre o desarmamento

## Câmara pode votar logo o referendo

O presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, manifestou disposição de colocar logo em votação o decreto legislativo que regulamenta o referendo sobre armas.

Página 8

Marcia Kolumbe



DECANO Mestrinho (sentado à frente de Bezerra e Tuma) é eleito presidente da Comissão de Orçamento, em reunião dirigida por Efraim (D)

## Estados ricos e pobres se enfrentam no Orçamento

Proposta do senador Fernando Bezerra que divide recursos para as emendas de bancadas estaduais conforme critérios do Fundo de Participação dos Estados causou polêmica na comissão mista que há dois meses estuda mudanças

no processo de exame do Orçamento pelo Congresso. Os estados mais ricos reclamaram: perderiam verbas para os mais pobres. O senador Gilberto Mestrinho foi eleito ontem, pela terceira vez, presidente da Comissão de Orçamento.

Página 4

## Senadores querem saber quem violou a lei fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre as prefeituras que desrespeitaram, nos últimos

anos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a exemplo do que teria feito a capital de São Paulo. A intenção é investigar todos os municípios com situação semelhante à de São Paulo.

Página 6

# Cinco partidos fazem indicações para a CPI

PSDB, PFL, PDT, PP e PSOL definem nomes que vão representá-los na comissão parlamentar de inquérito



O PT só vai discutir o assunto depois que a comissão da Câmara decidir recurso contra criação da CPI dos Correios. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que, se todos os membros da CPI não forem indicados em duas semanas, reunirá os líderes partidários.

Páginas 4 e 5



Lindomar Cruz/Abir

Enquanto manifestantes antitabagistas promoviam ato público na Esplanada dos Ministérios, o ministro da Saúde, Humberto Costa, pedia ao presidente do Senado que colocasse em votação acordo internacional contra o fumo. Renan Calheiros também defendeu urgência na votação da matéria.

Página 2

# Renan promete agilizar projeto que ratifica convenção contra o tabaco

■ Em reunião com líderes, presidente do Senado deve definir calendário para votação urgente da matéria

O presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu ontem que reunirá os líderes partidários a fim de definir um calendário urgente de votação para o projeto de decreto legislativo que ratifica a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, acordo assinado por 192 países. O senador recebeu do ministro da Saúde, Humberto Costa, uma petição pública com 24 mil assinaturas, solicitando que os senadores aprovem logo o projeto.

Em entrevista concedida logo após a audiência, Renan reconheceu a ação da indústria tabagista, que, segundo o ministro da Saúde, tenta dificultar a aprovação da proposta. O presidente do Senado afirmou que envidará todos os esforços para uma rápida tramitação. Ele apontou a mobilização popular como um instrumento valioso para impulsionar o exame do projeto e destacou que movimentos lobistas são naturais num Parlamento.

– No que depender de mim, essa mobilização servirá para que a gente vote num prazo razoável. Quanto ao *lobby*, é natural que ele exista. Da mesma forma, é natural que nós busquemos influenciar em sentido contrário. Por isso é que a mobilização é fundamental e insubstituível.



**MOBILIZAÇÃO** Ministro Humberto Costa (E) entrega a Renan uma petição com 24 mil assinaturas solicitando que os senadores aprovem a proposta

Ao destacar o Dia Mundial de Combate ao Tabaco, comemorado ontem, o ministro ressaltou a necessidade de que o documento seja ratificado

pelo Senado até outubro, data-limite para que o Brasil possa participar da primeira sessão da Conferência das Partes, quando se discutirão mecanis-

mos de implementação dessa convenção-quadro.

Humberto Costa procurou desmistificar a idéia de que a aprovação da convenção-quadro possa significar o desemprego dos trabalhadores que plantam fumo. Ele afirmou que o documento prevê a redução da produção, mas determina, por outro lado, que o governo crie mecanismos de substituição de culturas, sem perdas para os trabalhadores.

Presentes à audiência, os senadores Tião Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, e Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, solidarizaram-se com as preocupações de Humberto Costa.



**PRESSA** País tem até outubro para confirmar adesão ao tratado de combate do fumo, lembra Tião Viana

## Tião Viana elogia iniciativa do ministro da Saúde

O senador Tião Viana (PT-AC) elogiou ontem, da tribuna, a visita do ministro da Saúde, Humberto Costa, ao presidente da Casa, senador Renan Calheiros. Tião Viana informou que Humberto Costa compareceu ao Congresso acompanhado de representantes de vários ministérios, deputados federais, senadores ligados à área da saúde e militantes de entidades antitabagistas. Para o senador, a Convenção-Quadro é o primeiro tratado internacional de saúde pública da história da Humanidade. Tião Viana, que é médico, disse que o mundo conta com 1,3 bilhão de fumantes, 80% deles em países em desenvolvimento. Ele afirmou ainda que 80% dos novos tabagistas estão entre os jovens.

– O uso do cigarro traz graves danos à saúde humana, como câncer, disfunções sexuais, problemas respiratórios e circulatórios. Isso significa enormes custos ao poder público em atendimento na área de saúde, na previdência e uma incapacidade entre as famílias de baixa renda, maiores vítimas do fumo no mundo. O cigarro reduz a renda familiar mensal e a capacidade de trabalho de chefes dessas famílias, e as crianças são contaminadas pelo uso passivo – observou.

O senador informou também que em fevereiro de 2006 será realizada a primeira conferência mundial para discutir a criação de vantagens comparativas e alternativas de financiamento para os pequenos agricultores que sobrevivem do plantio de fumo, para que possam cultivar outros produtos agrícolas. Segundo Tião Viana, o governo federal está disposto a combater o fumo sem prejudicar os pequenos plantadores familiares. E lembrou que o país tem até outubro deste ano para aderir ao tratado.

## Agenda

### Plenário comemora os 60 anos do TSE

O Plenário realiza sessão solene às 11h para comemorar os 60 anos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Às 14h, retoma a votação dos indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público. O presidente do Senado, Renan Calheiros, tem audiência às 10h30

com representantes de sindicatos de trabalhadores em empresas de energia elétrica da região Norte; às 15h, com dirigentes de Federações de Trabalhadores na Agricultura; às 15h30, com o ministro para italianos no exterior.

### Comissão ouve secretário especial da Pesca

O secretário especial da Aquicultura e Pesca, José Fritsch, será ouvido, às 9h, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Às 13h30, a CPI da Terra toma depoimentos; às 9h, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, comparece à Subcomissão de Assuntos Municipais, que também realiza reunião de trabalho às 14h30.



### Uso de cartões corporativos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa, às 10h, requerimentos de informação sobre o uso dos cartões corporativos do Executivo. Às 11h30, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprova indicações de embaixadores.

### Regimento Interno

Às 14h30 será instalada a comissão que vai apurar as denúncias de corrupção em Rondônia. A Comissão Especial de Reforma do Regimento discute, às 17h30, temas como o uso da palavra e a proporcionalidade dos partidos.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Maria da Conceição Lima Alves, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Valéria Ribeiro (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**INDICAÇÕES** Aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os nomes serão agora submetidos ao Plenário do Senado

## CCJ aprova lista completa para Conselho do Ministério Público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação dos últimos três dos 14 nomes que vão compor o Conselho Nacional do Ministério Público. O órgão, que deverá ser instalado até o dia 6 de junho, tem a missão de acompanhar a atuação administrativa e financeira do Ministério Público e fiscalizar o trabalho de seus membros.

A CCJ acatou as indicações do Ministério Público dos estados de Goiás, Alagoas e Espírito

Santo: Paulo Sérgio Prata Rezende, Luciano Chagas da Silva e Saint'Clair Luiz do Nascimento Júnior, respectivamente. As designações foram relatadas pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) e submetidas a votação secreta.

Os nomes acatados ontem pela Comissão de Justiça deverão ainda ser submetidos ao Plenário do Senado, onde precisam ser aprovados por maioria absoluta, para só então serem nomeados pelo presidente da República.

### CMA concede vista coletiva a projeto

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) concedeu ontem vista coletiva ao projeto de lei do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) que proíbe os fornecedores de serviços de veicular publicidade enquanto o consumidor aguarda, ao telefone, o atendimento a suas reclamações ou informações (PLS 31/05). O pedido de vista foi feito pelos senadores Ney Sussuna (PMDB-PB) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O relator do projeto, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou voto pela aprovação da matéria.

### Sibá homenageia Dia do Geógrafo

O senador Sibá Machado (PT-AC) registrou ontem, em Plenário, a passagem do Dia do Geógrafo, em 29 de maio, no último domingo. Em homenagem "a todos os geógrafos brasileiros", o senador encaminhou à Mesa requerimento solicitando voto de congratulações aos membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

O parlamentar lembrou e elogiou geógrafos conhecidos como o professor Milton Santos e o geomorfologista Aziz Ab'Sáber.

— A geografia segue seu caminho como um 'saber' e um 'fazer', capaz de servir para a guerra, mas também para evitá-la — afirmou.

### Dirceu responde à CI sobre Infraero

O líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), informou ontem à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, deverá encaminhar ofício à Secretaria Geral da Mesa do Senado nas próximas 24 horas respondendo à convocação para que ele preste informações aos membros da CI sobre o projeto que modifica a situação jurídica da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), que passaria de empresa pública a empresa de economia mista.

De autoria do senador Almeida Lima (PSDB-SE), o requerimento toma por base matéria publicada na coluna "Painel" do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 1º de maio passado, informando que está na Casa Civil um anteprojeto, com a chancela dos ministérios da Defesa e da Fazenda, que modifica a situação jurídica da Infraero.

O requerimento assinala que a Infraero "merece o respeito e a admiração" de toda a sociedade brasileira pelos serviços prestados e pela credibilidade conquistada no mercado ao longo de seus 30 anos de história.

Almeida Lima entende que é preciso que o governo federal informe "com celeridade e profundidade" os projetos que tem para a empresa, uma vez que há grande interesse público no assunto, e o Congresso Nacional deve participar dessas discussões.

# Sem acordo, Plenário vota apenas cinco itens da pauta

## Senadores criticam mas aprovam as programações monetárias do governo federal

Por falta de acordo entre governo e oposição, o Plenário não votou toda a ordem do dia prevista para ontem. Dos 21 itens incluídos na pauta, apenas os cinco primeiros foram votados e aprovados pelos senadores. Destes, quatro foram projetos de decreto legislativo (241 a 244/05) referentes à programação monetária do governo. O outro foi o projeto de lei da Câmara (PLC 27/05) que criou o Prêmio de Artes Marcantônio Vilaça, no âmbito do Ministério da Cultura.

O Plenário também aprovou requerimento para que seja realizada, no dia 10 de junho, uma sessão especial em homenagem ao Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil. A proposta foi assinada pelos senadores Cristovam Buarque (PT-DF), Patrícia Saboya (PPS-CE), Paulo Paim (PT-RS), João Capiberibe (PSB-AP), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Heloísa Helena (PSOL-AL). O Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil é comemorado em 12 de junho.

Com os votos contrários de Heloísa Helena, Almeida Lima (PSDB-SE) e Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), o Senado aprovou as programações monetárias para o terceiro e o quarto trimestres de 2004 e para o primeiro e o segundo

trimestres de 2005. Quando o Plano Real foi criado, em junho de 1995, o Banco Central passou a ser obrigado a submeter ao Senado sua programação monetária a cada trimestre. Os senadores só podem aprovar ou rejeitar integralmente a proposta do BC, não sendo permitido fazerem alterações.

Vários senadores criticaram o formato atual da apreciação da programação monetária do governo. O próprio relator dos quatro PDLs, o líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), disse que a aprovação da programação monetária "tornou-se um ritual inócuo, incapaz de provocar dano caso não haja a apreciação da matéria pelo Plenário do Senado". Ele lembrou que existem projetos que visam aperfeiçoar o sistema atual.



Roosevelt Pinheiro

**COERÊNCIA** Valadares quer desconto para quem paga à vista

## Projeto de Valadares protege o consumidor

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) comunicou ontem ao Plenário a apresentação de projeto de lei (PLS 191/05) que pune a venda de produtos e serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista. A proposição acrescenta a proibição de tal prática no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990) e na Lei 10.962, de 2004.

O projeto pune também a recusa, pelo vendedor, de conceder desconto sobre os juros incorporados às prestações, na hipótese de o consumidor se dispor a antecipar as parcelas.

O projeto prevê detenção de três meses a um ano e aplicação de multa ao infrator, em ambas as práticas. O autor altera a Lei 10.962 para obrigar os estabelecimentos a especificar, ao lado dos preços afixados, a taxa e o valor dos juros incidentes no pagamento a prazo.

— É comum falar que o brasileiro não se preocupa com a taxa de juros embutida nos financiamentos, limitando-se a verificar se a prestação cabe no seu orçamento. Com isso, as lojas não oferecem desconto para pagamento à vista — assinalou o senador.

## Assembléias poderão criar novos municípios

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) pediu ontem a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC 13/03), por ele relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que altera os procedimentos para a criação de novos municípios, delegando essa responsabilidade exclusivamente às assembléias legislativas estaduais. O projeto prevê a realização de estudos de viabilidade e de uma consulta à população da área diretamente interessada antes que um novo município seja criado. Atualmente, é necessário que uma lei complementar, votada no Congresso Nacional, autorize a emancipação.

— A aprovação da PEC vai proporcionar uma saudável descentralização da presença do Estado no interior do nosso país, colocando a ação pública mais perto do povo — argumentou João Alberto. De autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a PEC está sendo reexaminada na CCJ pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que deverá emitir parecer sobre a matéria.

João Alberto alegou que a grande extensão territorial do Brasil dificulta a administração e que a criação de novos municípios pode resolver esse problema.



Roosevelt Pinheiro

**AUTONOMIA** João Alberto diz que medida prevê consulta à população

## Senado recebe doação de Bíblia em braile

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) recebeu ontem, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, um exemplar da primeira Bíblia em braile, doada pela Sociedade Bíblica Brasileira, representada por seu presidente de honra, Aldo Fagundes. Presentes à cerimônia, os senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Flávio Arns (PT-PR), Heloísa Helena (PSOL-AL) e Mão Santa (PMDB-PI).



Márcia Kallme

# Estados ricos e pobres se enfrentam por dinheiro

■ Relatório sugerindo mudanças no processo orçamentário deverá ser votado hoje pela comissão especial

A comissão de deputados e senadores que vem estudando há dois meses mudanças no processo orçamentário enfrentou, ontem, momentos de polêmica. Os estados mais ricos não aceitam perder para os mais pobres verbas das emendas de bancada que são oferecidas anualmente ao Orçamento da União e prometem derrubar uma proposta com essa finalidade sugerida inicialmente pelo presidente da comissão, senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

Bezerra propôs que os recursos para as emendas das bancadas estaduais sejam divididos conforme os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que dão mais dinheiro aos de menor renda *per capita*. Numa reunião de líderes partidários realizada ontem, ficou acertado um critério misto, pelo qual a partilha pelo FPE abrangerá apenas 33,3% do dinheiro. Outros 33,3% serão divididos por igual entre os estados, e os 33,3% restantes seguirão a média histórica da divisão das emendas de bancadas.

Por esse critério, os representantes de São Paulo consideram que o estado perderá 38% dessas verbas e, por isso, não concordam. O Rio de Janeiro perderia 36%, Minas



**DEBATE** Parlamentares da comissão mista discutem adoção de novos critérios para destinação de verbas a emendas de bancadas estaduais

27%, enquanto os estados do Norte-Nordeste ganhariam mais. A decisão deverá sair hoje à tarde, quando estará em votação o parecer do relator da comissão, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

## Regras claras

O relatório introduz modificações substanciais no processo orçamentário, apesar de alguns parlamentares acharem que o Congresso poderia avançar mais. Por exemplo: a partir de agora haveria regras claras para divisão das verbas das emendas do Congresso e, pela primeira vez, as comissões da Câmara e do Senado contariam com recursos definidos pelo relator-geral. Pela norma atual, as comissões não trabalham com valores predeterminados e apresentam emendas de valores exagerados, os quais raramente são aceitos pelo relator-geral.

Na distribuição de recursos para emendas coletivas, segundo o relatório, as comissões ficarão com 10%. Cada colegiado poderá apresentar uma emenda por área tratada (habitação, agricultura etc.), desde que o

máximo a ser aprovado seja de seis emendas.

Conforme o relatório, as bancadas estaduais ficarão com 35% dos recursos destinados a emendas coletivas. Os senadores terão poder para indicar 40% das emendas estaduais, que só poderão beneficiar projetos de interesse nacional, dos estados ou das regiões metropolitanas. As emendas individuais dos parlamentares não mudam: 20 para cada um, com limite de valor idêntico para todos.

A proposta, segundo Barros, engaja as comissões temáticas na discussão orçamentária, como ocorre em países mais desenvolvidos. "Estamos sugerindo o que é possível no momento", disse o relator.

Antes da votação das mudanças, os líderes dos partidos irão se bater em torno de ponto sensível do projeto orçamentário – o contingenciamento das emendas parlamentares. Eles querem um artigo na nova resolução sobre o Orçamento determinando que o presidente não poderá bloquear as emendas individuais.



**ELEIÇÃO** Pela terceira vez, Gilberto Mestrinho, do PMDB do Amazonas, assume o comando da CMO

tencerão ao PT. O deputado Gilmar Machado (MG) já vem trabalhando na LDO, enquanto o PT deverá indicar o deputado Carlito Merss (SC) para relatar o Orçamento.

## Mestrinho volta a presidir Comissão de Orçamento

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) é o novo presidente da Comissão Mista de Orçamento. Os três cargos de vice-presidente ficaram com representantes de partidos de oposição e todos eles foram eleitos por aclamação. Mestrinho assumiu imediatamente o cargo, pela terceira vez em seu mandato.

Ele substituiu o senador Efraim Morais (PFL-PB), que vinha ocupando a função desde que o presidente, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), deixou o

posto para assumir o Ministério do Planejamento. O 1º vice-presidente é o deputado Mussa Demes (PFL-PI), enquanto a 2ª vice-presidência coube ao senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), indicado pelo Bloco da Minoria do Senado. O 3º vice é o deputado Ronaldo Dimas (PSDB-TO).

Como os três vices pertencem a partidos de oposição, ficou acertado que os relatores da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do projeto de Orçamento para 2006 per-



Mão Santa e Bornhausen insistem na investigação de denúncia

## Abafar apuração prejudica democracia, diz Bornhausen

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) advertiu que o governo estará atentando contra a democracia se insistir em abafar, impedir ou procrastinar a instalação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) criada para investigar denúncias de corrupção nos Correios. Ele disse que o Congresso poderá ficar desacreditado se a CPI não atender ao clamor da sociedade, que, na sua avaliação, quer saber se crimes foram cometidos e que os envolvidos sejam punidos.

– As denúncias inequívocas mostradas até mesmo em vídeo caracterizam crimes graves que merecem a mais absoluta investigação. A crise existe, ela é moral e é política. Mas não há crise institucional. A oposição não pode, nem deve, extrapolar os limites da investigação. O governo não pode, nem deve, procrastinar ou impedir o correto caminho da investigação.

Segundo Bornhausen, o governo recebeu um alerta emitido pelos parlamentares da base aliada que não cederam aos apelos para retirar suas assinaturas do requerimento de abertura da CPI. Esses parlamentares, afirmou, mostra-



**CONVICÇÃO** Bornhausen espera que comissão de Justiça da Câmara rejeite recurso contra CPI

ram estar conscientes de que devem pautar suas posições pelo pensamento majoritário da sociedade.

Ele disse acreditar que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara vai rejeitar a questão de ordem do deputado João Leão (PL-BA) contra a criação da CPI.

Jorge Bornhausen observou que mais de 80 milhões de pessoas assistiram ao vídeo que mostra o ex-chefe de departamento dos Correios Maurício Marinho recebendo dinheiro (supostamente R\$ 3 mil) que, pelo teor da conversa, seria um adiantamento por troca de informações privilegiadas em licitações.

## Para Mão Santa, corrupção virou epidemia no país

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem que a corrupção é uma epidemia que assola o país e que a comissão parlamentar de inquérito (CPI) constitui uma vacina contra sua atuação. Lembrando que é médico, o parlamentar afirmou receitar a aplicação de CPI em doses sucessivas.

Mão Santa fez essas afirmações ao comentar a pesquisa CNT/Sensus que aponta a corrupção como o maior motivo de vergonha do país. Ele sinalizou que a origem da corrupção está em Santo André (SP), referindo-se ao assassinato do prefeito Celso Daniel. O parlamentar comentou também pesquisa que mostra a queda



**PREVISÃO** Mão Santa afirma que descontentamento da sociedade pode impedir reeleição de Lula

na aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu governo. Previu ainda que o descontentamento da população pode aumentar e impedir que Lula seja reeleito.

O senador leu mensagem recebida de uma eleitora de Santa Catarina, que participou de alguns concursos fraudados, e disse estar "desiludida com tanta sujeira".



PSDB, PFL, PDT, PP e PSOL designam integrantes da comissão parlamentar de inquérito criada para apurar denúncias de corrupção nos Correios. Já o PT deverá esperar definição da CCJ da Câmara sobre recurso que visa impedir instalação da CPI

## Cinco partidos indicam membros da CPI

As lideranças do PDT, PP, PSOL, PSDB e PFL indicaram os senadores que irão compor a CPI dos Correios. O PT só deverá adotar uma posição depois que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara analisar recurso do partido contra a criação da CPI.

Jefferson Péres (PDT-AM), Valmir Amaral (PP-DF) e Heloisa Helena (PSOL-AL) integrarão a CPI como titulares. Geraldo Mesquita Júnior (AC) foi escolhido pelo PSOL para compor a comissão como suplente. O PFL indicou Heráclito Fortes (PI), Demostenes Torres (GO) e César Borges (BA), como titulares, e Efraim Morais (PB)



**CONTRADIÇÃO** José Jorge aponta "declarações desencontradas" de dirigentes petistas

e Romeu Tuma (SP), como suplentes. Do PSDB, foram escolhidos Sérgio Guerra (PE) e Alvaro Dias (PR) como titulares

e Leonel Pavan (SC) e Almeida Lima (SE) como suplentes.

Na Câmara dos Deputados, estão confirmados os nomes de Eduardo Paes (PSDB-RJ) e Álvaro Dias (PDT-RN) como titulares, e Gustavo Fruet (PSDB-PR) e Pompeo de Mattos (PDT-RS), como suplentes.

Após o encontro da bancada do PT, na manhã de ontem, o senador Paulo Paim (RS) e a senadora Ideli Salvatti (SC) informaram que o partido se reunirá para discutir a questão somente depois que a CCJ da Câmara decidir sobre o recurso contra a criação da CPI.

Logo após anunciar os nomes dos membros do PFL e do PSDB, o líder do bloco da Mino-

ria no Senado, José Jorge (PFL-PE), fez um apelo aos demais líderes partidários, especialmente os que integram a base do governo, para que também indiquem seus representantes na CPI. Ele pediu ao presidente Lula que pressione sua base parlamentar para que a CPI possa ser instalada no menor prazo de tempo possível.

### Temor

José Jorge também comentou informações publicadas pela imprensa no último final de semana, segundo as quais o maior temor do Palácio do Planalto é que surja algo envolvendo o secretário-geral do PT, Silvio Pereira, e o tesoureiro do partido, Delúbio Soares.

– É preciso uma CPI para investigar a fundo este escândalo dos Correios. E tem muita gente querendo falar, pois, segundo o jornal *O Globo* de sábado, o 'Silvinho' teria declarado que não vai mais ficar calado, vai se defender. Uma CPI do Congresso é o lugar mais propício para que os senhores Delúbio e Silvio Pereira falem toda a verdade que sabem sobre os Correios – afirmou José Jorge.

Segundo o senador por Pernambuco, "declarações desencontradas" do presidente do PT, José Genoino, e de Delúbio Soares e Silvio Pereira, publicadas pela imprensa, demonstrariam que há muito o que se apurar no governo Lula.

## Renan pode designar integrantes após 14 dias

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que convocará reunião de líderes para decidir sobre a instalação da CPI dos Correios, caso os partidos da base do governo não indiquem, em duas semanas, os integrantes da comissão. Renan enfatizou que não vai confundir paciência com "leniência e procrastinação."

– A decisão da liderança do governo de tentar aprovar, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara, recurso do deputado João Leão (PL-BA), contra a abertura de CPI dos Correios, é regimental e democrática – declarou Renan.

O recurso de Leão visa impedir a instalação da comissão sob a justificativa de não haver fato determinado – um dos requisitos que a Constituição exi-



**POSTURA** Segundo Renan, "o importante é não associar a CPI com maquinações de delongas"

ge para a criação de comissões parlamentares de inquérito. Depois de apreciado na CCJ, o recurso será submetido à votação do Plenário do Congresso.

– Tenho me pautado pela isenção, pelo diálogo, e tão logo a CCJ decida vou convocar o Plenário. O importante é não associar a CPI com maquinações de delongas.

## Recurso deve ser votado na próxima semana

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), disse que o recurso apresentado pelo deputado João Leão (PL-BA) contra a CPI dos Correios deverá ser votado na próxima semana. O relator da matéria na CCJ deverá ser escolhido hoje.

Segundo informou a assessoria da Comissão de Justiça, a decisão se baseou no fato de não haver prazo regimental para que o relatório sobre a matéria seja votado ainda nesta semana. Seria necessário, pelo Regimento Interno da Câmara, o prazo de, pelo menos, duas sessões do Plenário para que o relator elaborasse e apresentasse sua análise do caso. E o relator somente poderia iniciar na quarta-feira o seu trabalho.

## ACM critica declarações do presidente da comissão

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse, em Plenário, que ficou estarrecido com declaração do presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), de que o requerimento de criação da CPI dos Correios é inconstitucional.

– Isso é muito grave. Biscaia assinou o requerimento da CPI e, posteriormente, na madrugada, retirou a assinatura e aceitou a pressão do governo. Até aí tudo bem, mas ouvir dele, que havia assinado [o requerimento], que a CPI é inconstitucional, é fato muito grave.

Antonio Carlos disse ter ficado triste com o resultado de pesquisa da Agência Estado, segundo a qual a corrupção tornou-se o principal motivo



**TRISTEZA** Antonio Carlos diz lamentar que corrupção faça brasileiro ter vergonha do país

de vergonha do Brasil, pelos brasileiros. Segundo a pesquisa, 27,1% dos entrevistados citaram a corrupção, enquanto 23,4% apontaram a violência como motivo de vergonha. Na pesquisa de agosto de 2004, essas posições estavam invertidas: a violência era o maior motivo para 27,3% contra 22,7% que apontaram a corrupção.

## Boff a Suplicy: "Você pensou naquilo que é melhor para o Brasil"

Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou episódios da repercussão de sua adesão à CPI dos Correios, na semana passada. Ele leu carta que recebeu do teólogo Leonardo Boff e relatou o diálogo que teve com alguns colegas de partido.

Boff, professor de Ética da Universidade Estadual do Rio

de Janeiro (UERJ), assim se expressou: "Acompanhei sua justificativa de voto em favor da CPI dos Correios. Vi também as críticas que seus colegas do PT lhe fizeram. Você falava a partir da consciência, e eles falavam a partir da palavra dada. Você falava de ética, e eles de combinações políticas que você teria

rompido (...). Você, ao votar, não pensou na parte, pensou no todo, naquilo que é melhor para o Brasil, para a educação do povo e para o futuro do presidente Lula".

Suplicy informou ter conversado com Delúbio Soares (secretário de finanças do PT), que disse que, devido à decisão

de Suplicy, o senador não seria mais convidado a compor a chapa para a coordenação nacional do partido.

O senador também se encontrou com José Genoino, presidente do PT, que teria garantido que Suplicy será o candidato do PT ao Senado por São Paulo no próximo ano.



**REPRESÁLIA** Suplicy revela que tesoureiro do PT lhe disse que não será convidado a compor chapa

# Osmar Dias reclama de descaso com agricultura

■ Senador diz que presidente não cumpriu promessas de campanha, como o Seguro da Produção

O senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou ontem, em Plenário, que a agricultura não recebe a atenção devida por parte do governo federal. Osmar Dias informou sua participação em um encontro que reuniu 11 mil produtores rurais em Londrina (PR). Segundo ele, a reunião resultou em uma carta de propostas ao governo de Luiz Inácio Lula da



Roosevelt Pinheiro

**DESATENÇÃO** Osmar Dias denuncia que dinheiro do governo não chega ao agricultor familiar

Silva, solicitando ao presidente o cumprimento de promessas de campanha.

Osmar Dias alegou que o presidente fez promessas como

o Seguro de Produção, que, segundo ele, foi aprovado pelo Congresso, teve apoio do Executivo, mas não recebeu recursos do governo. O senador disse que a estiagem deste ano acabou com mais de 50% da produção agrícola do Rio Grande do Sul e prejudicou mais de 30% da produção paranaense.

– O dinheiro não chega para o agricultor e, quando chega, ele perde a safra e não tem o Seguro de Produção – destacou.

Ao final do discurso de Osmar Dias, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu o governo, destacando ações suas em benefício do campo, como a Lei de Biossegurança.



Célio Azevedo

**PEDIDO** Requerimento aprovado pela CAE solicita informações do Ministério da Fazenda sobre prefeituras que não respeitaram Lei de Responsabilidade Fiscal

## Mercadante quer saber quem descumpriu LRF

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem requerimento de informações do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ao Ministério da Fazenda sobre as prefeituras que desrespeitaram, nos últimos anos, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a exemplo do que teria feito a prefeitura de São Paulo. Essa lei obriga os gestores públicos a respeitar orçamentos e restringir despesas.

O parlamentar paulista afirmou que seu objetivo com o requerimento é assegurar que todos as prefeituras em situação semelhante à de São Paulo sejam investigadas.

Em dezembro, o Ministério da Fazenda informou ao Sena-

do que a então prefeita de São Paulo Marta Suplicy descumprira a LRF ao alterar contrato da prefeitura com o programa Reluz (Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente), o que teria resultado em aumento da dívida do município sem aval do Senado.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que convidará a comparecer ao Senado os prefeitos que o Ministério da Fazenda informou que descumpriram a lei, da mesma forma que Marta foi convidada. Segundo o presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), a ex-prefeita ainda não compareceu por problemas de agenda.

## Adiada renegociação de dívidas rurais

Em atendimento a pedido do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu ontem adiar para a próxima semana a votação de projeto do senador César Borges (PFL-BA) que permite a renegociação das dívidas dos mini e pequenos produtores rurais e suas respectivas cooperativas e associações, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT), Ramez Tebet (PMDB-MS), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) insistiram que a decisão sobre a matéria, de grande interesse social, não deveria ser protelada. Mas o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que a equipe econômica ainda está analisando a situação dos agricultores que precisam renegociar suas dívidas.

## "Fome Zero é um embuste", afirma Demostenes

A partir de reportagem recente de Larry Rother, correspondente no Brasil do jornal *The New York Times*, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) denunciou ontem, em Plenário, "o extraordinário embuste" em que se transformaram o Programa Fome Zero e as políticas de inclusão social do governo.

Demostenes observou que o cenário descrito pelo jornalista revela projetos para reduzir a fome e a miséria que não saíram do papel ou estão paralisados pela burocracia e disputas político-partidárias.

Segundo o senador, o presi-



**DENÚNCIA** Demostenes reproduz informações publicadas pelo jornal americano *The New York Times*

dente Lula costuma dizer, em discursos para os pobres, ter recebido uma incontável massa famélica como herança. Já em relatório enviado à Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as estratégias de redução da miséria, não teria reconhecido herança maldita alguma, indicando trajetória de queda da pobreza.

## Simon faz apelo por compra de excedente

Preocupado com os prejuízos que os produtores de arroz do Rio Grande do Sul vêm sofrendo, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez um apelo para que o governo federal compre o excedente da produção gaúcha de arroz, acumulado em 1,5 milhão de toneladas. O parlamentar registrou matéria do jornal *O Globo* intitulada "Batalha de arroz", segundo a qual a compra custaria R\$ 600 milhões aos cofres públicos.

– O governo não fará caridade, nem mau negócio. Estará dando chance para que produzam mais. O Estado tem de cumprir seu papel regulador do mercado: comprar agora para vender depois – disse.

Na avaliação de Simon, além dos problemas climáticos registrados neste ano em seu estado, os arrozeiros também foram prejudicados pelo que chamou de concorrência desleal de países do Mercosul, já que o produto importado entra no Brasil com alíquota zero. Para ele, falta acordo entre os membros do bloco para viabilizar o comércio de produtos similares.

– É preciso que haja entendimento entre os países, uma vez que o Rio Grande do Sul produz o mesmo que Argentina e Uruguai. São produtos idênticos, diferentemente do que ocorre em São Paulo, cuja produção é diversificada, e não tem dificuldade em vender para a Argentina – alertou.



Roosevelt Pinheiro

**ARBITRAGEM** "Estado tem de regular o mercado", diz Simon



Célio Azevedo

**PRODUÇÃO** Para Paim, safra local basta para abastecer mercado

## Paim apóia protesto de produtores de arroz

Os produtores de arroz do Rio Grande do Sul receberam ontem a solidariedade do senador Paulo Paim (PT-RS). Discursando no Plenário, o parlamentar reclamou da importação de arroz do Uruguai e Argentina, garantindo que a produção brasileira é suficiente para abastecer o mercado interno.

– Se nada for feito de imediato o caos estará instalado. Hoje o cereal brasileiro é comercializado muito abaixo do custo de produção – alertou o senador.

Segundo Paim, o Brasil deverá importar 1,3 milhão de toneladas de arroz, apesar de a produção nacional ser estimada em 2,9 milhões de toneladas e o consumo em 2,6 milhões. O senador disse ainda que a fiscalização é precária e não há pesagem. Citando cálculo do Instituto Riograndense do Arroz (Irga), Paim afirmou que o prejuízo dos arrozeiros pode chegar a R\$ 1,74 bilhão neste ano.

O senador procurou demonstrar a importância do setor para a economia do Rio Grande do Sul citando dados que apontam o arroz como responsável por 40% da produção de grãos no estado, 2,3% do PIB gaúcho e geração de 300 mil empregos diretos.

Paim apoiou manifestação realizada ontem por produtores de arroz do seu estado diante da sede do Ministério da Fazenda em Porto Alegre.

## Nezinho defende agricultores do TO

O senador Nezinho Alencar (PSB-TO) fez seu primeiro discurso da tribuna alertando para problemas dos agricultores e pecuaristas do Tocantins. Ele disse que os protestos dos produtores de todo o Brasil contra juros altos e preços baixos na venda de grãos têm eco em seu estado.

Nezinho advertiu que em

Guaraí (TO), onde iniciou a carreira política, o movimento contra a política do governo para o campo já preocupa. Segundo ele, poderá ocorrer ali o mesmo que no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso, onde rodovias são fechadas pelos produtores insatisfeitos para chamar a atenção do governo.



Roosevelt Pinheiro

**RECEIO** Nezinho afirma que é preocupante o movimento contra a política do governo para o campo



Fotos: Rosewell Pinheiro  
**CRÍTICA** César Borges ressalta que governo deixa de investir em setores fundamentais

## "Juros de um dia superam investimentos deste ano"

O senador César Borges (PFL-BA) criticou a falta de investimentos por parte do governo federal. Ele citou reportagem publicada ontem na *Folha de S. Paulo*, segundo a qual o governo gasta por dia com o pagamento de juros mais do que investiu no país de janeiro até o dia 20 deste mês.

O jornal informa que, do total de investimentos previstos no Orçamento – R\$ 21,624 bilhões – só 1,25% (R\$ 271 milhões) foi utilizado. Já a média diária do gasto com juros foi de R\$ 296 milhões.

– Para um país como o nosso, carente de infra-estrutura, de apoio a setores fundamentais,

como saúde, educação, transportes, é preciso investimento público para a geração de emprego e renda, para dinamizar a economia, mas isso não está acontecendo.

César Borges disse que, por outro lado, aumentou o número de cargos comissionados no governo federal.



**ESTRATÉGIA** "Um ser humano que queira ter sucesso precisa conhecer suas limitações e capacidades"

## Suassuna diz que Brasil deve planejar futuro

Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a necessidade de estudar as grandes questões nacionais e planejar o futuro do país a longo prazo. Ele apontou o Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE), órgão da Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica (Secom), ligado à Presidência da República, como exemplo dessa atividade.

– Um ser humano que queira ter sucesso precisa conhecer suas limitações e capacidades. Precisa também preparar-se, definindo objetivos para o futuro. Um país também precisa saber aonde deseja chegar.

## Não há o que comemorar, afirma Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) analisou o crescimento de 0,3% da economia brasileira no primeiro trimestre deste ano, em relação ao trimestre anterior, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O senador observou ser o menor crescimento desde o segundo trimestre de 2003, quando houve expansão de 0,1%. E criticou o fato de o governo, ainda assim, comemorar.

– Como comemorar, quando o governo adota uma política econômica na contramão da proposta desenvolvimentista, uma política econômica de taxas de juros escorchantes e carga tributária brutal, impiedosa? O que o governo pode comemorar, isso sim, é o recorde de superávit primário.

O parlamentar salientou que, no mês de abril, o governo atingiu um superávit de R\$ 16,335 bilhões, o valor mais alto registrado no país desde 1991. No ano, o acumulado é de R\$ 44 bilhões, o equivalente a 7,26% do produto interno bruto (PIB).

De acordo com o senador, o IBGE também divulgou que a agropecuária foi o único setor que teve desempenho positivo no primeiro trimestre. A indústria teve queda, assim como o setor de serviços.

Alvaro ainda fez referência a pesquisa da CNT/Sensus, segundo a qual a renda mensal de 30,8% da população diminuiu nos últimos 12 meses.



**AVALIAÇÃO** Alvaro: governo adota "taxas de juros escorchantes e carga tributária brutal"

# Mercadante: governo deve rever a meta de inflação

■ Senador defende a medida como forma de aumentar ritmo de crescimento da economia

A política de metas de inflação adotada pelo governo foi a principal responsável, na avaliação do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), pela desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira. O parlamentar apelou pela revisão da meta de 4,5% de inflação traçada para 2005, considerada ambiciosa, atribuindo também ao patamar ainda alto dos juros e às sucessivas desvalorizações do real perante o dólar responsabilidade pelo recuo nos resultados econômicos.

– O governo deve rever a meta



**MUDANÇA** Para Mercadante, a projeção feita para 2004, de inflação de 5,5%, deve ser mantida em 2005

de inflação de 4,5%. Deve manter em 5,5%, projeção feita para 2004, ou em 5,1%. Isso vai permitir que a inflação continue em queda e que a taxa de juros caia junto – observou.

Esse pleito foi ampliado com a defesa de incentivos fiscais para o setor produtivo e com o reforço de verbas orçamentá-

rias para infra-estrutura. Como compensação aos prejuízos do setor agrícola, castigado pela seca e pela desvalorização do real perante o dólar, Mercadante disse que o governo deve liberar R\$ 3 bilhões para produtores do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina; R\$ 1 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para pagamento de insumos; e R\$ 300 milhões em capital de giro para cooperativas.

Ainda sobre os números da economia, divulgados pelo IBGE, o líder governista destacou os 4,9% de crescimento do produto interno bruto (PIB), "o melhor resultado em dez anos"; o saldo comercial de US\$ 35 bilhões; o superávit de US\$ 11,7 bilhões nas transações correntes com o exterior; e a redução de 61% para 51% da relação dívida pública/PIB.

## Ideli destaca ações de combate à corrupção

Ao comentar a pesquisa CNT/Sensus que apontou a corrupção como motivo de maior vergonha para o brasileiro, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) registrou as mudanças implementadas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva na estrutura do aparelho do Estado para combate ao problema.

A senadora citou o sistema de sorteio das prefeituras a serem investigadas, criado pela Controladoria Geral da União; o combate da lavagem de dinheiro realizado pelo Departamento Nacional de Recuperação de Ativos Ilícitos, do Ministério da Justiça, que já rastreou mais de US\$ 300 milhões; as mais de 297 investigações promovidas pela Secretaria de Direitos Econômicos em mercados relevantes que causam prejuízo para a economia; e a realização

de mais de 70 sindicâncias patrimoniais que permitem a investigação de agentes públicos com sinais evidentes de enriquecimento ilícito.

### Comissão

Ideli disse que hoje todos falam de corrupção como se existisse apenas um governo, lembrando que o PT administra apenas três dos 27 estados e cerca de 400 prefeituras, dos mais de 5 mil municípios.

Ela afirmou que o presidente Itamar Franco, no fim do seu mandato, instituiu a Comissão Especial de Investigação, composta de notáveis, para apurar qualquer prática ilícita cometida no Executivo. Um relatório da comissão, observou a senadora, foi entregue ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, em dezembro de 1994, com mais de 40 caixas de mate-



**AVANÇOS** Ideli também elogia os programas do governo para incentivar a construção civil

rial reunido. Ideli recordou que Fernando Henrique extinguiu a comissão, não se sabendo nada sobre o relatório.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS), que foi líder de Itamar Franco no Congresso, confirmou a entrega do documento e passou a Ideli o livro contendo todos os processos relatados pela comissão.

Em seu discurso, a senadora também elogiou as ações do governo federal para incentivar o setor da construção civil.

## Magno Malta alerta para avanço do tráfico

Magno Malta (PL-ES) manifestou preocupação com o avanço do consumo e do tráfico de drogas no Espírito Santo. Segundo ele, a violência decorrente dessas práticas criminosas também vem crescendo de forma avassaladora em seu estado.

– O estado é o quarto maior consumidor de drogas no país. – enfatizou.

Magno Malta citou manchetes recentes dos principais jornais de Vitória (ES) sobre a apreensão de drogas em poder de policiais, estudantes universitários, médicos e pessoas conhecidas da sociedade da capital capixaba.



**ESTATÍSTICA** Malta observa que Espírito Santo é o quarto maior consumidor de drogas no país

# Frente pelo desarmamento busca apoio da sociedade

■ Plano para estimular a participação de entidades civis fica pronto na próxima semana

Os trabalhos da Frente Parlamentar Mista por um Brasil sem Armas devem contar com a participação de entidades da sociedade civil, como igrejas e sindicatos. Essa foi a principal decisão ajustada na primeira reunião da frente, aberta ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Estavam presentes mães de jovens vítimas da violência, entre as quais a presidente do Comitê Nacional de Vítimas da Violência (Convi-ve), Valéria Velasco.

Por sugestão do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), um plano de trabalho que envolva a sociedade civil deve ser elaborado na próxima reunião, agendada para terça-feira. Nesse mesmo dia, também deve

ser discutido e aprovado o estatuto da frente parlamentar, no qual ficará estabelecido que o movimento visa organizar e mobilizar correntes políticas e sociais para defender o fim da comercialização de armas de fogo e munições em todo o território nacional, com vistas ao referendo popular sobre o desarmamento previsto para outubro deste ano.

## Campanhas

Devem ser realizadas campanhas em todo o país, inclusive pelos meios de comunicação, para informar a

população sobre a importância do desarmamento e sobre o referendo. A proposta de estatuto prevê ainda a promoção de pesquisas, debates e estudos, sempre com ênfase nas vantagens da proibição do comércio de armas de fogo e munições.

A frente é constituída por uma assembléia geral, composta por senadores e deputados; um conselho executivo, com dez senadores e dez deputados; e uma coordenadoria executiva, com cinco membros designados pelo conselho.



**ESFORÇO** Renan, ao centro, abre a primeira reunião da Frente por um Brasil sem Armas, que foi acompanhada por mães de jovens vítimas da violência

## Referendo pode ser votado hoje na Câmara

Após reunião com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reafirmou o compromisso de colaborar para maior agilidade da votação de sete medidas provisórias que trancam a pauta daquela Casa e impedem a votação do projeto de decreto legislativo que regulamenta o referendo previsto no Estatuto do Desarmamento. O referendo permitirá à popu-

lação decidir se armas de fogo devem ou não continuar a ser comercializadas.

– Ele vai, juntamente com os líderes, fazer um grande esforço para que possamos votar as sete medidas provisórias até amanhã [hoje] e, quem sabe, fazer uma sessão extraordinária à noite. Eu fiquei muito feliz com a disposição dele – afirmou.

Renan esclareceu que já conversou com cada líder partidá-

rio e disse sentir que há disposição em dissociar o referendo do desarmamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios. O senador observou que a CPI, como todo assunto que exacerba e polariza, acaba atrapalhando um pouco o andamento normal dos trabalhos legislativos. Ele reafirmou que, caso os líderes não indiquem os membros da CPI, ele mesmo o fará.

## Capiberibe defende modelo sustentável para a Amazônia

O senador João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que a maioria da população amazônica deseja um novo modelo de desenvolvimento para a região. O senador leu partes de editorial publicado pelo jornal *The New York Times* sobre o assunto. Ele informou que, entre agosto de 2003 e agosto de 2004, o Acre conseguiu diminuir em 23% o desmatamento da floresta tropical do estado. Em Mato Grosso, contudo, o desflorestamento cresceu 40%. Para o senador, existem “amazônias diferentes” e também modelos

diferentes de encarar a importância da floresta.

– O *New York Times* cita a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, como uma pessoa que pensa em um modelo diferente para a Amazônia. Assim como ela, a maioria do povo da região não quer esse desenvolvimento destruidor.

Capiberibe disse que vai apresentar projeto para estabelecer que 50% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) sejam destinados à cadeia produtiva



**INICIATIVA** Capiberibe anuncia projeto que reserva recursos para cadeia de produtos ecológicos

de produtos ecologicamente sustentáveis e 10% para pesquisas sobre biodiversidade. Jefferson Péres (PDT-AM) e Sibá Machado (PT-AC) elogiaram o pronunciamento.



**PARTILHA** Comissão de Educação decide que canais a cabo destinados às universidades também atendam a outras instituições de ensino superior

## Aprovada ampliação do uso de canal universitário

O canal destinado atualmente pelas emissoras de televisão a cabo às universidades poderá ser utilizado também por instituições de ensino superior credenciadas pelo Ministério da Educação e que tenham no mínimo 70% de seus cursos reconhecidos com o conceito “bom” pelo sistema de avaliação adotado pelo governo. A medida consta do Projeto de Lei da Câmara 108/01, que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE) e será ainda examinado em Plenário.

Em vigor desde janeiro de 1995, a Lei de TV a Cabo já estabelece a obrigatoriedade de um canal universitário para uso compartilhado entre as universidades localizadas no município ou nos municípios da área de prestação do serviço. O projeto original da Câmara procurava ampliar o acesso a esse canal a todas as instituições de ensino superior da localidade. O texto aprovado na CE foi um substitutivo elaborado pelo relator da matéria, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

## Sibá quer apoio a comunidades em fronteira

O senador Sibá Machado (PT-AC) quer ajuda para as comunidades das vilas Extrema e Nova Califórnia, na divisa do Acre com Rondônia, segundo ele desassistidas pelo governo de Rondônia. Em protesto, afirma Sibá, a população ameaça interromper o tráfego na BR-364, única ligação do Acre com o resto do país.

O senador ressaltou que o Acre não pode arcar com as



**SAÍDA** Sibá busca solução para evitar fechamento de rodovia que liga Acre ao resto do país

conseqüências de um problema a que não deu causa.

Valdir Raupp (PMDB-RO) também demonstrou interesse em participar da intermediação do conflito.

## Luiz Otávio pede pavimentação de rodovia

A pavimentação da rodovia Santarém-Cuiabá foi defendida ontem pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Segundo ele, esta via pode se tornar um novo eixo de desenvolvimento, com o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste, especialmente a soja, dando ao país maiores condições de competitividade externa.

O senador relatou sua participação em recente audiência



**PROGRESSO** Para Luiz Otávio, a Santarém-Cuiabá pode se tornar um novo eixo de desenvolvimento

pública no Ministério dos Transportes, com o ministro Alfredo Nascimento, quando todas as pendências sobre o projeto teriam sido solucionadas.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Paulo Paim, Leomar Quintanilha e Romeu Tuma